



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

**O CICLO TRANGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO
FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - MG**

Ana Paula Leite Moreira

Manhuaçu / MG

2018

ANA PAULA LEITE MOREIRA

**O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO
FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - MG**

Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso Superior de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas
Orientador (a): MSc. Márcia Helena de Carvalho

Manhuaçu / MG

2018

ANA PAULA LEITE MOREIRA

**O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO
FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso Superior de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: MSc Márcia Helena de Carvalho

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Banca Examinadora

Data de Aprovação: 10 de Dezembro de 2018

MSc. Márcia Helena de Carvalho; FACIG

MSc. Marina Rodrigues Correa dos Reis; FACIG

Esp. Márcia Rodrigues Pereira; FACIG

Manhuaçu / MG

2018

Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetrável e inexpugnavelmente nosso.

(PESSOA, Fernando)

O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - MG

*Ana Paula Leite Moreira
Márcia Helena de Carvalho*

*Curso: Serviço Social Período: 8º Área de Pesquisa: Ciências Sociais
Aplicadas*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo demonstrar a influência que a pobreza transgeracional exerce sobre o comportamento e os projetos de vida de adolescentes que vivem em bairros periféricos. O que se percebe é que embora se idealize uma ruptura com as condições materiais de existência, os fatores objetivos da pobreza e subalternidade frente à divisão social do trabalho os fazem “repetir”, involuntariamente, escolhas realizadas pelas mães e avós como um legado familiar, ou seja, os projetos de vida dos adolescentes são construídos e significados em função das experiências sócio-culturais, das vivências e interações interpessoais que eles estabelecem. Como unidade de análise desta pesquisa utilizou-se as três gerações de mulheres - adolescentes mães e avós – cadastradas no Centro de Apoio à Família do São Francisco de Assis pertencente ao município de Manhuaçu, estado de Minas Gerais, por ser um território considerado de vulnerabilidade e risco social, onde a situações degradantes tem ultrapassado gerações. Para alcançar o objetivo proposto realizou-se pesquisa bibliográfica com os principais autores que discorrem sobre a temática a nível nacional e internacional. Pesquisa documental, para selecionar dentre os cadastros do Centro de Apoio à Família as participantes do estudo. E entrevistas com 10 mulheres de cada geração mencionada, utilizando como critério o fato de pertencerem à mesma família. Os resultados da pesquisa revelaram que respeitadas as especificidades de cada período histórico as três gerações de mulheres tenderam a reproduzir padrões de ocupação e comportamento umas das outras. Conclui-se que embora os projetos de vida revelassem uma ruptura ideal com as condições materiais de existência da geração anterior, as condições objetivas da pobreza e subalternidade frente a divisão social do trabalho as fazem “repetir” cotidianamente as escolhas realizadas pelas mães e avós.

Palavras-chave: Pobreza. Ciclo Transgeracional. Projeto de vida. Adolescência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DESENVOLVIMENTO	7
2.1. Referencial Teórico	7
2.1.1. A extensão e a intensidade da pobreza no Brasil	7
2.1.2. Os efeitos da pobreza “geracional” no projeto de vida das adolescentes oriundas de bairros periféricos da cidade.....	11
2.2. Metodologia.....	14
2.2.1. Unidade de Análise da Pesquisa.....	14
2.2.2. Tipos de pesquisa	15
2.3. Discussão de Resultados	16
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
4. REFERÊNCIAS.....	26
APÊNDICES.....	29

1. INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o ciclo transgeracional da pobreza situado no Bairro São Francisco de Assis, pertencente a cidade de Manhuaçu, no estado de Minas Gerais, tendo como intuito demonstrar que a conjuntura política, econômica e social das comunidades periféricas, marcadas pela escassez de recursos financeiros para garantia da sobrevivência, pela desigualdade social, a baixa escolaridade da população, dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, entre outros fatores, comprometem o projeto de vida de seus moradores, levando-as a repetir inconscientemente os esquemas e papéis que se formam no interior da família. Neste sentido, toma-se como ponto de partida a compreensão de que um projeto por mais particular que seja, tem de se basear em um nível de racionalidade cotidiana, ou seja, é construído e significado em função das experiências socioculturais, das vivências e interações interpessoais que eles estabelecem, como afirma Mendes (2008).

O interesse por esta temática surgiu durante o período em que a discente esteve vinculada ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu-MG (FACIG), edital 2016 a 2017, tendo sido desenvolvida uma pesquisa com vinte crianças e adolescentes intitulada “Trabalho Infantil Doméstico: Ocupação Precoce das Meninas do Bairro São Francisco de Assis em Manhuaçu – Minas Gerais”, ficando constatado que as mães entrevistadas reproduziram as ocupações subalternas de suas genitoras. Diante desse estudo, surgiu a inquietação: o ciclo transgeracional da pobreza condiciona o projeto de vida das adolescentes residentes no bairro São Francisco de Assis?

Para o desenvolvimento dessa investigação realizou-se pesquisa bibliográfica com os principais autores que discorrem sobre a temática a nível nacional e internacional. Pesquisa documental, para selecionar dentre os cadastros do Centro de Apoio à Família os participantes do estudo. E entrevistas com 10 mulheres de cada geração – adolescentes, mães e avós –, utilizando como critério o fato de pertencerem à mesma família.

Para o tratamento dos dados coletados utilizou-se a técnica de análise de discurso e o método crítico dialético de Marx. Logo, pode-se argumentar que o presente trabalho de conclusão de curso, ao abordar a temática referente ao “Projeto de Vida”, buscou analisar os aspectos pertinentes à singularidade das adolescentes pobres, marcada pelo modo de produção capitalista que, ao influenciar a economia, influencia também, e principalmente, o modo como os indivíduos se relacionam na sociedade. Por isso, à medida que o capital se refuncionaliza, processam-se profundas alterações no modo como a sociedade se organiza nos mais variados aspectos, inclusive no que diz respeito à identidade social e cultural dos sujeitos que a constituem (VELHO; 2003). Contudo, o que evidencia-se neste estudo é o que Karl Marx afirma no 18 Brumário, os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não as fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sobre aquela com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, 2003, p.17).

Este estudo torna-se relevante a medida que contribui na formulação de um diagnóstico sobre a influência objetiva e subjetiva da pobreza nas mulheres dos bairros periféricos contribuindo como ferramenta para construção de estratégias de enfrentamento desta expressão da questão social, além de proporcionar material de estudo para pesquisadores que pretendam aprofundar o estudo desta temática.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1. A extensão e a intensidade da pobreza no Brasil

Embora haja divergências conceituais para definir o que é pobreza, muitos autores concordam entre si que se trata de uma realidade por demais “complexa”, “essencialmente multifacetada” que se manifesta em diversas dimensões da realidade social (LEITE, 2001, p.25).

Dessa forma, a pobreza não é apenas a escassez de recursos monetários “medida por indicadores sociais, de renda e outros” (TELLES, 1992, p. 87), ela é antes de mais nada uma condição de privação de direitos que é naturalizada e criminalizada.

A cultura política vivenciada no Brasil, da colônia aos dias atuais, tem sido caracterizada por criminalizações sociais, étnicas, de gênero e culturais de polarização entre privilégios e carências, repressões e autoritarismo, em decorrência de processos que favorecem os interesses da classe dominante do país. A invisibilidade perversa de parte da população menos favorecida do país advém do histórico perfil de injustiça e de desigualdade do sistema econômico. (PRACIANO, 2011, p.10).

Inegavelmente, o sentimento de desprezo e de criminalização da pobreza vem perpetuando ao longo de nossa história, embora sob novas roupagens a interpretação do que seria pobreza e as formas de enfrentamento tenham se alterado.

Leite (2001) relata que, na idade média cristã, a pobreza era entendida pelo viés da religião, sendo considerada como vontade divina; nas sociedades pré-capitalistas a pobreza é considerada como “[...] um fato natural e necessário para tornar os pobres laboriosos e úteis à acumulação de riquezas [...]” (PEREIRA, 1999, p. 51).

Com o advento da revolução industrial, iniciada em 1760, a situação agravou-se. Nesse sentido, Leite (2001) relata que, dado a essa mudança no modo de produzir e a consequente urbanização, a pobreza tornou-se ainda mais evidente e numerosa, considerando que a grande massa formada pelos trabalhadores se concentrou em espaços menores, passando a enfrentar diversos tipos de privações e dificuldades. Neste sentido surge o chamado pauperismo, sendo este considerado como “um fenômeno de pauperização de massa, durável e permanente, que encontra sua origem não na ausência de trabalho, mas no próprio trabalho industrial” (LEITE, 2001, p.15 apud PAUGAM, 1994, p.16).

Inegavelmente, o capitalismo industrial aprofunda de maneira jamais vista anteriormente na história, as dimensões e efeitos da pobreza, tornando-a multifacetária.

A este respeito, Netto (2011, p.203) diz que:

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.

Esta constatação revela a contradição do sistema capitalista de gerar desigualdades sociais à medida que produz riquezas inimagináveis. Contudo, a pobreza gerada é tratada neste período como fator natural e como desvio de caráter, não sendo encarada como questão social¹.

A pobreza gestada no capitalismo nos séculos XVI a XIX era vista pelo viés da moral, seu tratamento era realizado por meio de ações filantrópicas e pela coerção. A primeira lei que aborda a questão data de 1601, a chamada Lei dos Pobres (*Poor Law*) na Inglaterra. Com o aumento da população, a migração dos trabalhadores para o espaço urbano em consequência da busca por emprego e a oferta limitada de vagas, muitos viam-se em situação de miséria, não existindo um projeto de vida diferente que pudessem criar, pois não havia condições disponíveis para tal.

A finalidade original da lei era a repressão à mendicância e à vagabundagem, bem como um alívio à pobreza existente. Dois sentimentos brotavam no seio da lei, sendo um de “caridade cristã” e o outro de um “violento preconceito social” (TEODORO, 2014, p. 11 apud MANTOUX, s/d, p. 442-443).

No ano de 1834, essa Lei passa a ser vista como a causadora da situação de pobreza na Inglaterra.

A partir do pensamento de Malthus, a beneficência “representaria um estímulo à miséria”. Assim, a ação filantrópica estaria reforçando e estimulando os costumes e hábitos dos pobres, isto é, as (supostas) causas da pobreza. O sujeito que recebe assistência, beneficiário, acomodar-se-ia a tal situação, tendendo a reproduzir sua condição, sua pobreza (MONTAÑO, 2012, p. 273).

Entendia-se, portanto, que a assistência recebida faria com que o indivíduo reproduzisse suas condições, não sentindo a necessidade de mudá-las por estar sobrevivendo a partir delas. Data deste período a modificação na forma de tratamento da pobreza, sendo esta tratada a partir de repressão e punição. Tem início as chamadas criminalização e marginalização da pobreza; neste período, inicia-se a separação entre pobres e trabalhadores (MONTAÑO, 2012).

No período posterior à Segunda Guerra Mundial ocorreu a expansão do capitalismo, tendo início a fase denominada capitalismo monopolista, na qual o fordismo foi o principal sistema de produção. Com o advento deste e o fenômeno da produção em massa, a urbanização e as crescentes mazelas da questão social tiveram início uma organização da classe trabalhadora, que passou a questionar suas condições de vida. Nesse momento a pobreza deixa de ser vista como um problema apenas do indivíduo, sendo entendida como referente ao desenvolvimento social e econômico insuficiente (MONTAÑO, 2012). Surge o chamado WelfareState, Estado de Bem-Estar Social, que criou, entre outras, a política do pleno emprego, segurança social, assistência aos idosos, pessoas com deficiência e crianças.

O Estado de Bem-Estar Social se consolida nesse movimento histórico, caracterizando-se por um esquema de proteção social pública e universal que abrange não só trabalhadores, mas todos

¹ Segundo Carvalho e Iamamoto (2009), a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

que, por uma questão de direito, deveriam ter as condições de vida satisfeitas (MAURIEL, 2008, p.65).

Essas políticas tiveram como intenção conformar a classe trabalhadora, garantindo que se adequasse ao sistema, não se rebelando contra ele, além da própria manutenção desta classe, que torna viável a dinâmica da sociedade capitalista com o oferecimento da força de trabalho. Percebe-se, neste momento, com a grande quantidade de trabalhadores envolvidos no pauperismo, que o problema da pobreza e sua reprodução não se encontra no indivíduo, mas no sistema que não é capaz de dar a todos o acesso a um projeto de vida com parâmetros considerados de qualidade.

Com as transformações societárias do sistema capitalista por volta do ano de 1973, entra em curso o neoliberalismo, que vê no Welfare State uma das causas da condição de crise. Nesse sentido, pressupõe-se que o Estado deve garantir o mínimo social necessário, relegando à sociedade civil e ao chamado terceiro setor a responsabilidade para com o tratamento da questão social por meio de ações filantrópicas e caritativas. Nesse momento, a pobreza é entendida como decorrente da não capacidade do mercado de atender toda força de trabalho disponível, tendo como consequência o desemprego, o Estado concentra-se em um desenvolvimento econômico para que mais vagas de emprego sejam abertas e a economia seja movimentada, investindo seus recursos neste processo e retirando-os das políticas sociais (MONTAÑO, 2012).

Contudo, o desenvolvimento capitalista, assim como as políticas protetivas, não foram implementadas de maneira uniforme, enquanto o processo de revolução industrial iniciou no plano mundial por volta do ano de 1760 e foi se desenvolvendo ao longo do tempo, no Brasil, este teve início em 1930, com o governo de Getúlio Vargas. Neste contexto, o Brasil vivencia experiências dos sistemas de proteção social limitadas, pois o desenvolvimento do capitalismo não incorporou amplo contingente da população, “criando o grave problema do desemprego estrutural, das recentes desigualdades sociais e da pobreza, traços que caracterizam a modernização capitalista em nosso país (PASTORINI, 2004 apud ALVES, 2007, p.39).

O modelo de proteção implantado no Brasil é o bismarckiano, em que as grandes indústrias implantaram as caixas de seguro social, financiadas e administradas pelos empregados, empregadores e pelo Estado, o dinheiro arrecadado era destinado ao trabalhador e sua família quando este estava incapaz de trabalhar, seja por doença, invalidez ou morte. É perceptível a separação dos cidadãos em duas categorias, a saber: os trabalhadores e os desempregados. O primeiro grupo tinha acesso às iniciativas de políticas sociais, enquanto ao segundo grupo restava a esperança de se inserir no mercado para fazer parte do primeiro.

Nesse sentido, a classe trabalhadora tinha na empregabilidade o seu projeto de vida e sua realização, nos dizeres de Ricardo Antunes (2018), “o privilégio da servidão”. Não obstante, conforme nos lembra Batista (2003), alguns membros das classes populares devido a aparência física ou ao território onde habitavam não se tornavam trabalhadores formais porque sua própria condição de pobre ameaçava e amedronta os que lhes poderiam fornecer emprego.

Trata-se da produção e reprodução do medo branco, visto que na sociedade sob vigência do modo de produção capitalista pobre, negro e periférico representa o suspeito, o promotor da desordem e do caos da insegurança e da instabilidade de uma

ordem societária tida como harmônica, coesa (BATISTA, 2003, p.50).

Desta forma, a pobreza representa mais do que a destituição dos meios de sobrevivência física, ela também trazia consigo a marginalidade e desproteção. Aqueles que não se inseriam no mercado de trabalho e não participavam do processo de acumulação eram alvo de ações não-estatais, assistenciais, realizadas por entidades privadas, com ideais caritativos e filantrópicos, tendo forte presença neste cenário a Igreja Católica.

O discurso moral e religioso acerca da virtuosidade do trabalho não foi suficiente para camuflar as desigualdades pungentes. A exploração da força de trabalho nas fábricas, os baixos salários, a precarização crescente das condições de subsistência acrescida do adoecimento físico e psicológico do proletariado contribuíram para uma série de revoltas e reivindicações que, aos olhos da burguesia urbana emergente, representava perigo e, por isso mesmo, reclamava intervenções políticas e institucionais por parte do poder público de forma premente (OLIVEIRA, 2012, p.32).

É partir do momento em que a classe trabalhadora reconhece-se enquanto tal e, desde então, estabelece sua inserção política no cenário social, que o Estado vê-se implicado a reconhecer direitos que outrora eram desconsiderados.

Logo, se fez necessário que o Estado burguês pensasse em uma estratégia política para minimizar os conflitos entre capital e trabalho, sendo que também se percebeu a necessidade de incorporação pelo Estado de algumas das reivindicações populares, desde que estas não se chocassem com os interesses do capital (ALVES, 2008, p. 30).

Neste contexto, criaram-se uma série de instituições que visavam mediar os conflitos entre as classes e, sobretudo, garantir a expansão do capital. Contudo, cabe salientar que o reconhecimento da “questão social” pelo Estado brasileiro não configurou-se em um ato de respeito à classe trabalhadora, mas, especialmente, em um mecanismo de controle que teve por princípio a ampliação da ordem societária sob a égide capitalista.

No decurso dialético da história, o Estado é chamado a garantir sua hegemonia ideológica, política e econômica via políticas sociais, as quais se apresentam para a sociedade como meras “concessões”, sendo que, na verdade, são conquistas históricas do movimento popular organizado, o que se constituem em direitos de cidadania, apesar de não deixarem de ser funcionais ao capital (ALVES, 2008, p.50).

Assim, o conjunto de políticas sociais brasileiras sempre se apresentaram pontuais, setorializadas e desarticuladas, limitando-se ao que se denomina Seguridade Social, sendo regulamentadas no Brasil como direito social somente na Constituição de 1988, o que aconteceu tarde, pois na década de 80, o modelo do Welfare State já estava sendo duramente criticado nos EUA e nos países europeus, em decorrência da proposta neoliberal (OLIVEIRA, 2009).

Contudo, para Cardoso e Jaccoud (2005, p.193),

A Constituição de 1988 espelhará os ideais universalistas acoplados a uma ideia ampliada de cidadania, em busca da expansão da cobertura de políticas sociais no que diz respeito a bens, serviços, garantias de renda e equalização de oportunidades.

Ela tentará superar um sistema marcado pelo autofinanciamento, excludente e não-distributivo, procurando instituir as bases para a organização de um sistema universal e garantidor de direitos.

É inegável que esta legislação ao regulamentar o sistema de proteção social contribuiu para a expansão de projetos e serviços de enfrentamento às históricas desigualdades sociais.

Contudo, o agravamento da pobreza vem pesando duramente sobre a sociedade e, neste contexto, Yazbek destaca que programas sócio-assistenciais vêm se revelando inofensivos e com pequeno destaque nas intervenções governamentais, prestando-se mais ao “clientelismo utilitário e à absorção de tensões do que enfrentamento efetivo da pobreza” (1999, p.10). Por outro lado, como aponta Raichelis, Além disso, a universalização dos serviços sociais não aconteceu no Brasil pois, o acesso aos mesmos dependia do vínculo empregatício e do enquadramento aos parâmetros de vulnerabilidade social que ultrapassam a linha da pobreza, direcionando os processos de triagem e seleção que “beneficiam” os mais pobres/miseráveis, dentre os pobres (ALVES, 2008, p.37).

Neste sentido, apesar dos passos em direção à ampliação da cidadania, a realidade ainda apresenta dados alarmantes quanto à desigualdade social, dados do IBGE do ano de 2017 demonstram que os 10% mais ricos do país concentram 43,3% dos rendimentos totais. Dados de 2016 relatam que um quarto da população se encontra abaixo da linha da pobreza de acordo com o Banco Mundial, dados de 2018 demonstram que 12,7 milhões de pessoas se encontram desempregadas no país e, em 2014, o censo mostrou que 3 milhões de crianças entre 4 e 17 anos estavam sem acesso à escola, apenas 14% dos adultos chegaram ao ensino superior e apenas 7,2% dos estudantes com rendimentos mais baixos compunham a universidade pública.

Percebe-se que existe um problema estrutural no país, considerando a situação de capitalismo dependente, não havendo acesso igualitário de todos aos meios de ascensão social, dessa forma, criar e alcançar a concretização de um projeto de vida de ruptura com as condições objetivas de existência para as pessoas que estão à margem da sociedade em um país subdesenvolvido trata-se de atividade que apresenta limitações significativas dadas a extensão e a intensidade da pobreza no Brasil, que não compromete apenas as condições materiais de sobrevivência ela “aniquila” também a capacidade de sonhar desta população.

2.1.2. Os efeitos da pobreza “geracional” no projeto de vida das adolescentes oriundas de bairros periféricos da cidade

Em um país marcado por fortes desigualdades sociais, dentre elas a de gênero, é preciso pensar que as mulheres, sobretudo aquelas oriundas de famílias pobres, sofrem os maiores impactos das transformações societárias.

“[...] o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares e interesses.” O gênero aparece como elemento de distinção social, estabelecendo papéis e funções específicas para homens e mulheres (SILVA, 200, apud OSÓRIO, 2009, p. 31).

Durante décadas à mulher coube o exercício das tarefas domésticas que incluía cuidar da casa e da família de forma que ficavam claras as definições de papéis sociais. Tratava-se do lugar socialmente determinado pela sociedade patriarcal, onde o homem é considerado superior fazendo com que a mulher se submetesse às suas vontades. Neste sentido, “um leque muito pequeno de possibilidade se abria às mulheres, sendo o casamento, cuidado do lar e dos filhos seu grande projeto de vida” (BATISTA, 2003, p.10), mesmo porque, não havia outras perspectivas possíveis de serem concretizadas naquele momento, uma vez que aquele modelo de sociedade havia determinado o lugar da mulher muito antes do seu nascimento.

Com o processo de industrialização, haverá a distinção das funções da mulher pertencente às camadas populares daquelas de origem burguesa.

A primeira por força da necessidade terá que vender sua força de trabalho para contribuir no orçamento doméstico, a discriminação da mulher em relação ao homem se apresentará também no espaço da fábrica, onde a mulher terá uma remuneração mais baixa do que a do homem. Já a mulher de camadas sociais mais abastadas continuará no cuidado dos filhos, quando por vontade própria assumir atividades remuneradas será em funções de maior status social (OSÓRIO, 2009, p. 31).

Assim, a mulher pobre era considerada inferior e não possuía os mesmos direitos que as mulheres de outras camadas sociais, formando nestas mulheres uma identidade subalterna, fato que não se alterou muito ao longo dos anos, apesar das legislações feministas (DINIZ, 1999).

Nesta época, as mulheres eram despossuídas de direitos civis, políticos e sociais. O movimento feminista aparece no fim do século XIX e início do século XX, inspirado pela Revolução Francesa e seus ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, com o sufrágio feminino, onde as mulheres reivindicavam o direito ao voto.

Em 1960 emerge uma nova onda de reivindicações, que buscava a igualdade social e legal, e em 1990 tem-se um novo momento de protestos, buscando redefinir e avançar nas conquistas da fase do ano de 1960.

No Brasil foi com a Constituição de 1932 que as mulheres conquistaram o direito ao voto, porém, foi o Código Civil de 1962 por sua vez colocou fim à tutela do marido sobre sua esposa. A década de 60 é marcada por um processo de discussão sobre pautas específicas como a liberdade sexual e a questão da mulher negra e indígena, mas com o advento da ditadura militar as manifestações políticas foram reprimidas (OLIVEIRA, 2012, p.32).

Em 1980, com a redemocratização do país, abriu-se novamente um espaço para as pautas feministas, em 1985 foi criado no país o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e estas conquistam 26 cadeiras na eleição da Assembleia Constituinte, neste período algumas conquistas significativas se efetivaram, como a licença-maternidade, o incentivo ao trabalho mediante normas protetoras, entre outras. Já no ano de 2006 foi criada a Lei Maria da Penha, tendo em vista proteger a mulher da violência doméstica.

Com todos estes instrumentos de garantia de direitos o espaço da mulher dentro da sociedade começa a ser redefinido. Contudo, apesar dos avanços legais, a mulher de origem pobre tem assumido cada vez mais o papel de provedora do lar, sendo responsável por trabalhar em dupla rotina: trabalho externo e doméstico.

Custódio (2009) afirma que o trabalho doméstico está dissociado da ideia de labor, ou seja, é visto como uma obrigação feminina, porém, restrito a mulher das camadas populares.

Outro elemento diferenciador entre as mulheres pobres e as de camadas sociais mais abastadas economicamente é que as primeiras começam a trabalhar muito cedo, tendo na maioria das vezes sua formação acadêmica comprometida.

É necessário sim que sejam criadas políticas sociais que abranjam o tema e protejam estas crianças trabalhadores, mas antes disso é preciso encarar o trabalho doméstico como um trabalho, uma atividade laborativa como qualquer outra, e o trabalho infantil doméstico como um crime, que infringe a legislação brasileira e causa danos às crianças e adolescentes a ele submetido (MOREIRA, 2017, p.09).

O trabalho precoce tem deixado de ser encarado como “ajuda” no serviço da casa e tem passado cada vez mais a ser uma obrigação que compromete as outras necessidades da infância e juventude:

Na contemporaneidade, a juventude brasileira vem experimentando o gosto amargo das expressões históricas, agora intensificadas pelas transformações estruturais e conjunturais da modernidade, ou seja: o jovem das classes populares passa a viver o drama de seus pais e de si próprio, visto que deixa de viver parte importante de sua vida e desenvolvimento para contribuir com a renda familiar (SCHMIDT, 2009, p. 38 apud OLIVEIRA, 2012, p.64).

Dentre os maiores comprometimentos do trabalho precoce encontra-se o risco de naturalizar o cotidiano. Rocha (2011) salienta que o trabalho infantil aparece como um dificultador da ascensão destes pequenos trabalhadores no futuro, ou seja interfere no projeto de vida, tendendo estes a reproduzir o ciclo transgeracional da pobreza, ou seja, sem perceber, estas adolescentes estarão executando atividades similares a de sua geração anterior, negando o projeto de vida inicial que era a ruptura com as condições materiais de vida.

Este fato foi observado na pesquisa para iniciação científica realizada no bairro São Francisco de Assis em Manhuaçu em 2017, onde 100% das mães das adolescentes entrevistadas iniciaram os trabalhos domésticos com idade inferior a doze anos de idade e, atualmente, maior parte delas exercem profissões ligadas a este mesmo trabalho.

A desigualdade econômica associa-se à - e provoca - desigualdade na saúde, no sentimento de bem-estar, na qualidade da educação. De Leone explica, "o mais destrutivo da pobreza para uma criança não são, em nosso ponto de vista, as dificuldades diárias, os riscos combinados de morte, doença, dissolução familiar, erros de educação e semelhantes; é o fato de que para a maioria delas a vida adulta não será significativamente melhor. Para a maioria o futuro é insignificante, um fato que, argumentamos, exerce uma profunda influência em seu desenvolvimento" (GÜNTHE; GÜNTHE, 2018, p.4).

Além disso, segundo Zaluar (1994), a inserção do jovem pobre e morador de periferia no mercado de trabalho, no Brasil, ocorre de modo extremamente precarizado. A este resta o “biscate”, ou seja, realizar pequenos serviços por uma remuneração muito pequena. De acordo com a autora, trata-se de uma experiência comum à juventude das classes populares, pois em virtude das mudanças

processadas na configuração familiar, sobretudo considerando-se o aumento no número de famílias chefiadas por mulheres, não resta alternativa. Tornar-se trabalhador reconhecido representa algo muito distante, pois além das dificuldades quanto à qualificação para o mercado acrescenta-se o preconceito que caracteriza o território de origem desses jovens.

As adolescentes pobres, ainda na mais tenra idade, com seus sonhos e anseios de um futuro promissor depara-se, todos os dias, com sua realidade às avessas: miséria, exclusão, ausência de proteção e oportunidades. As aspirações mais sublimes são massacradas pela perversidade emanada do solo concreto da vida cotidiana (ZALUAR, 1994, p.10).

Neste sentido, Carvalho e Laniado (1992) consideram que a pobreza não se limita apenas a esfera econômica, relacionada às necessidades que não são atendidas de forma adequada, mas abrange também uma exclusão que se manifesta no cotidiano em diversos planos da existência dos sujeitos sociais, repercutindo sobre as experiências, representações, comportamentos e perspectivas.

Desta forma, os autores reconhecem que:

o pobre urbano se produz a partir de vários campos constitutivos de sua condição social (cultural, psicológica, ideológica, histórica, etc.) e não somente pelas categorias econômicas que determinam a pobreza. [...] a pobreza constitui um espaço social de produção de identidades coletivas, de atores e de comportamentos (CARVALHO & LANIADO, 1992, p. 25).

Ao tratar da identidade como produção social e histórica, os autores abordam a construção do “eu” em relação com o “outro”. Diante desta conceituação, não é difícil identificar os efeitos do ciclo transgeracional da pobreza no projeto de vida das adolescentes oriundas de bairros periféricos deste país. Inegavelmente, para desvendar a constituição dos projetos de vida dos jovens pobres é necessário olhar para a realidade concreta em que os sujeitos vivem. “Este concreto é o presente vivido, a vida cotidiana que traz, ao mesmo tempo, as marcas do passado e as possibilidades do futuro, mediadas pelo espaço físico, pelo território” (MENDES, 2008, p.09), é partir das experiências e vivências também que os projetos de vida podem ser (re)construídos e (re)significados.

Como nos Lembra Leite (2001. p.235), “existe uma possibilidade histórica que se fundamenta em dados da realidade e, ao mesmo tempo, depende da substância criadora do devir: a intervenção humana sobre o real”. Quer dizer que, o potencial de crítica deste suposto “modelo” de vida imposto pela pobreza transgeracional pode ser rompido e recriado à medida que se conhece a função histórica da manutenção da pobreza no Brasil e se rebela contra ela deixando de ser ver como subalternos e passando a se ver como sujeitos de direitos e protagonistas da própria história, ou como se refere Hanna Arendt, em um processo de “indignação moral”.

2.2. Metodologia

2.2.1. Unidade de Análise da Pesquisa

Como unidade de análise desta pesquisa utilizou-se as três gerações de mulheres - adolescentes mães e avós – cadastradas no Centro de Apoio à Família do São Francisco de Assis pertencente ao município de Manhuaçu, estado de Minas Gerais,

por ser um território considerado de vulnerabilidade e risco social, onde a situações degradantes tem ultrapassado gerações.

O Centro de Apoio à Família - CAF “Boa Nova” do Município de Manhuaçu-MG é uma associação não governamental, de caráter filantrópico, responsável por fornecer serviços especializados e continuados de proteção social básica a famílias em vulnerabilidade social nos moldes de um centro de convivência comunitário. De acordo com informações do histórico da instituição, a associação foi fundada em junho de 1999, com o nome Casa Espírita Boa Nova e situava-se nos primórdios de sua atuação no bairro Coqueiro. Em 2009, foi criado o Estatuto da associação desvinculando-a burocraticamente das parcerias religiosas, neste mesmo período, a associação adquiriu o nome Centro de Apoio à Família (CAF) – Boa Nova, e foi transferida para um galpão, situado no bairro São Francisco de Assim, onde se situa até os dias atuais. (PASCOALATO, 2017, p.2).

Como entidade da rede privada da Política de Assistência Social o CAF desde a sua fundação atende famílias em situação de vulnerabilidade social contribuindo para que estas possam enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social.

Dentre as 30 mulheres selecionadas para a participação neste estudo utilizou-se como critério de seleção as adolescentes que participaram da pesquisa “Trabalho Infantil Doméstico: Ocupação Precoce das Meninas do Bairro São Francisco de Assis em Manhuaçu – Minas Gerais” (2016-2017), recrutando apenas as que possuem idade entre 12 a 18 anos e que tem no grupo familiar a presença de mães e avós.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a influência que a pobreza transgeracional exerce sobre o comportamento e os projetos de vida de adolescentes que vivem em bairros periféricos. Neste sentido, todas as famílias selecionadas se encontram em situação de pobreza, sendo “desassistidas” pelo poder público local, pois não existe nenhum equipamento do Estado inserido neste território, reforçando o caráter de exclusão e estigma social.

No contexto das políticas sociais, a única instituição que oferta atendimento a esta população é o Centro de Apoio à Família.

2.2.2. Tipos de pesquisa

O método de pesquisa utilizado foi o exploratório, pois a finalidade do estudo foi aprofundar o conhecimento que se tinha das vivencias e expectativas das adolescentes do Bairro São Francisco de Assis. Pois a autora já havia realizado um ano e meio de estágio curricular obrigatório (2017-2018) no CAF, relacionando-se cotidianamente com as adolescentes inseridas na instituição e desenvolvido a pesquisa “Trabalho Infantil Doméstico: Ocupação Precoce das Meninas do Bairro São Francisco de Assis em Manhuaçu – Minas Gerais”.

A delimitação do público alvo como sendo do sexo feminino foi escolhida pelo processo histórico da mulher na sociedade, tendo no passado um projeto de vida determinado, referindo-se este ao cuidado com a família e o lar, Silva (2009) infere que historicamente a sociedade impõe ao sexo feminino as funções de mães, esposas e donas de casa, desta forma além da condição socioeconômica e familiar, o gênero trata-se de um importante fator de influência na criação de um projeto de vida.

A pesquisa realizada classifica-se como qualitativa, pois é a que melhor se adequa as ciências sociais, uma vez que “a pesquisa qualitativa caracteriza-se por se ocupar de questões que não são passíveis de quantificação, visto trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p.21).

Para o desenvolvimento teórico do estudo utilizou-se a pesquisa descritiva, com referências bibliográficas voltadas para o estudo da pobreza como limitadora de possibilidades concretas de emancipação social e política em um país com imensas desigualdades sociais e territoriais. Para selecionar as mulheres participantes do estudo foi utilizada pesquisa documental extraiendo informações dos cadastros do Centro de Apoio à Família. E para dar voz aos sujeitos privilegiados da pesquisa - adolescentes, mães e avós - foram realizadas ao todo 30 entrevistas, sendo 10 mulheres de cada geração mencionada.

Antes da aplicação do questionário foi informado às entrevistadas seu direito de se retirar da pesquisa em qualquer tempo, assegurado a elas a proteção da identidade e anonimato, e os riscos de constrangimento, assim como os benefícios da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecimento - TCLE. Foi também solicitado a responsável legal a participação das adolescentes na pesquisa por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, cumprindo os critérios éticos da pesquisa com seres humanos.

A maioria das entrevistas foi realizada na própria residência das adolescentes, proporcionando uma aproximação com a realidade de vida destas mulheres pesquisadas. Também utilizou-se o CAF como lugar privilegiado das entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, sem alterações na linguagem, para respeitar a técnica de análise de discurso, pois de acordo com Brandão:

A linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (...) A linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção (1993, p. 11).

O método de análise dos dados extraídos foi o crítico dialético de Marx, considerando a totalidade e a singularidade enquanto categorias da realidade e realizando a mediação, em seu viés ontológico e reflexivo, para realizar a crítica dos resultados obtidos.

2.3. Discussão de Resultados

Dentre as 30 mulheres elegíveis à entrevista (10 avós, 10 mães e 10 filhas), houve a adesão de todas à pesquisa, inclusive se verificou uma participação engajada na prestação de informações objetivas e subjetivas da própria história de vida, fato que chamou a atenção, pois mais do que exposição a uma pessoa externa à família, ou contribuição no resultado da pesquisa em si, o que este comportamento expressou foi satisfação pelo fato de uma pesquisadora social se interessar pelas condições de vida de sua família, como se este fato, ainda que por alguns instantes as incluíssem em um circuito de pertencimento.

Conforme nos lembra Salles, 2005, as famílias moradoras de bairros periféricos vivem muitas vezes um processo de “invisibilidade perversa”, não são vistas como sujeitos portadores de direitos e sim “classe perigosa”, “uma visibilidade intensificada pelo preconceito e medo da violência, balizados apenas em características físicas, sociais e geográficas, supostamente reveladoras da periculosidade dos seus portadores”, como se já não bastasse a escassez de recursos materiais, culturais e, muitas vezes, até afetivos às quais são submetidas.

No que se refere ao sentimento das entrevistadas sobre o bairro onde moram, a maioria delas demonstra incomodar-se com a situação ou com o estigma do local, sendo que 40% das adolescentes demonstra preocupação com a periculosidade do bairro e 30% afirma gostar do local pois possibilita a proximidade com a família e amigos. Uma das adolescentes demonstra consciência da visão negativa do bairro por aqueles que não pertencem a ele, através da seguinte fala: “Ai... esse bairro aqui sabe... cê já ouviu fala, né? Pessoal fica matano um o otro aí, bateno no otro... não gosto... é horrível. Por mim minha mãe até mudaria desse bairro, ia prum otro mais calmo mais queto, tendeu?” (Adolescente 6). Entendendo que o projeto de vida de uma pessoa é constituído de suas experiências, e consideravelmente influenciado pelo exemplo daqueles com quem divide a convivência, percebe-se o quanto este estigma interfere na estima das adolescentes entrevistadas sobre si mesmas e suas possibilidades, vivenciando o cotidiano e todas as suas dificuldades. Nesta perspectiva, a pobreza aparece enquanto limitadora de projetos de vida, no momento em que define um espaço na sociedade para o indivíduo através das pressuposições existentes no imaginário social.

Contudo, apesar da visão do senso comum muitas vezes generalista e discriminatória, as famílias moradoras do bairro tratam-se em sua maioria de famílias trabalhadoras, sem envolvimento com nenhuma ação ilícita, ao contrário, resistem frente a discriminação, exercendo atividades vinculados em sua maioria ao mercado desprotegido, como demonstra o gráfico a seguir sobre a ocupação profissional das mães das adolescentes entrevistadas.

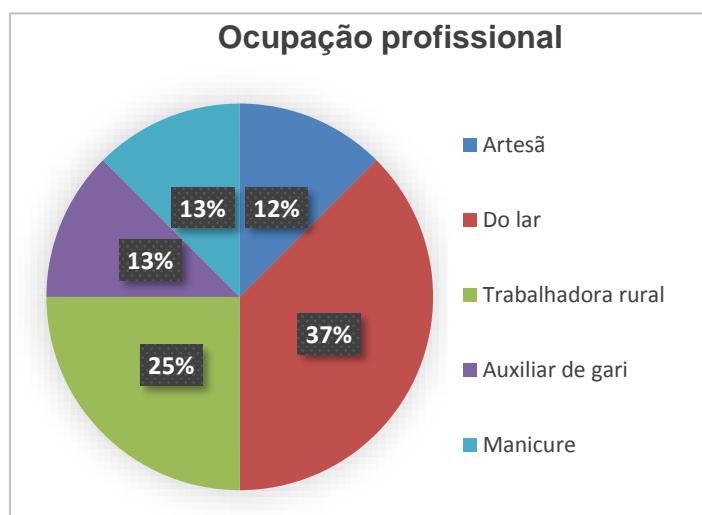


Gráfico 1 – Ocupação profissional

Verifica-se que as atividades desempenhadas sofrem variações tanto em termos de ocupação quanto remuneração, 50% das entrevistadas encontra-se no mercado desprotegido sem regulamentação trabalhista, e 37% são desempregadas, apenas a auxiliar de gari possui vínculos empregatícios.

Todas as ocupações apresentadas na pesquisa revelam pouco status social, contudo, o que chamou a atenção da pesquisadora foi o fato da discriminação de umas em detrimento a outras. No que se refere à auxiliar de gari, foi revelado por parte da filha o conhecimento acerca do processo de discriminação social. Conforme demonstra a fala que segue:

Quando ela trabalha ali no bairro São Jorge que tem gente que fica implicano com ela porque ela trabalha na Samal, eu num importo disso não, porque... ela num depende de ninguém, ela trabalha porque ela qué, e ninguém, ela não depende de ninguém, ninguém precisa ficá dependeno dela, ela faiz o que ela quisé, né, porque ela já tá maió ela sabe que que ela tem que fazê. (Adolescente 01)

Embora as explicações da adolescente estejam confusas, ela demonstra não ter vergonha da ocupação da mãe, reconhecendo o papel do trabalho na independência da mesma quando menciona que “ela não depende de ninguém”. Contudo, demonstra certa inocência quando diz que “ninguém precisa ficá dependeno dela, ela faiz o que ela quisé”, pois a renda tem um papel fundamental na vivência das famílias como um todo, determinando um espaço na sociedade, uma forma de se relacionar com o outro.

Em relação a ocupação das mães das adolescentes se verifica uma tendência das atividades informais e de baixo reconhecimento social, como acontecia com as avós, embora haja modernização no tipo de atividade. A entrevista revelou que as avós estiveram vinculadas ao longo da vida com o trabalho rural e doméstico, e que possuem escolarização aquém das mães das adolescentes, sendo que 90% delas não concluíram o Ensino Fundamental, e 10% nunca foram à escola, enquanto 60% das mães afirmam que concluíram o Ensino Fundamental, e 10% concluíram o Ensino Médio.

Acredita-se que a mudança na forma de ocupação por parte das mães das adolescentes esteja vinculada ao acesso ainda que mínimo à escolaridade em relação as avós. Verifica-se que antigamente o trabalho da criança e do adolescente era mais valorizado do que a frequência escolar, além disso, a escola era de difícil acesso, por motivos de distância ou pela dificuldade em se manter financeiramente, conforme demonstra a fala das avós das adolescentes entrevistadas sobre o incentivo por parte da figura materna em relação a importância da escola à época de seus estudos:

Avó Ad.1: “Ela falava que era muito importante mais só que num tinha recurso de pagá, né?”

Avó Ad.2: “Ela mandava nós í, ela brigava com nós, zangava com nós pa nós í.”

Avó Ad.3: “Nada, nunca me incentivô. *Risada*. Porque ela também é analfabeta, né?”

Avó Ad.4 e 10: “Ah, pricisava, que tinha estudá, mas eu num, num tinha cabeça pa estudá, sempre ela levava eu mais eu num guardava na minha cabeça, aí depois eu saí. Eu mesma disisti.”

Avó Ad.5 e 7: “A minha mãe num... eu num tive muita lembrança da minha mãe, purquê a minha mãe era muito duente, eu tive lembrança assim quando a gente era de Simonésia assim que ela vivia duente, então eu com sete, oito ano eu tinha que conzinha pra eles, puquê minha ota irmã mais velha num fazia então eu tinha que fazê a cumida pra elis, e a minha mãe vivia mai na cama, então é uma coisa que eu não tive muito contato com a minha mãe não.”

Avó Ad.6: "Ela falava co nós, nós tinha que ajuda nosso pai, que ela sozinha também num guentava, tinha que ajudá, ele, né? E... era o que ela falava co nós. Ela falava, as minina tem que í pra escola, mais daí a pôco, quando nós assustava, nós tava quetinho na escola pra nós aprendê alguma coisa o papai buscava nós."

Avó Ad.8: "A minha mãe, nada... puquê a minha mãe ela morava nuns cantão de roça também, né?"

Avó Ad.9: "Num cunheci minha mãe, não, minha fia." (Avós das adolescentes)

As entrevistas foram reproduzidas na íntegra, sem correção aos erros de português, pela linguagem adotada se verifica que mesmo aquelas avós que tiveram acesso ainda que mínimo à escola possuem grau de instrução muito precário. Inclusive quando foi questionado a elas até que série estudaram a maioria não soube informar com precisão, sabendo apenas dizer que não concluíram o Ensino Fundamental. Tratam-se de processos interrompidos de formação.

Todavia o interessante a ser observado é que a maioria destas avós incentivaram suas filhas (hoje mães das adolescentes entrevistadas) por meio de conselhos, a frequentar a escola, como relatado em uma das falas: "Ela sempre falava que eu tinha que cunhá estudano, pra mim ser alguém na vida." (Mãe Adolescente 1). Nota-se aqui o peso da expressão "ser alguém na vida", demonstrando o reconhecimento da importância da colocação no mercado de trabalho enquanto formadora de identidade social. O que pode ser notado também na fala de outra mãe:

Ai, minha mãe sempre falava que era pra gente dar mais valor aos estudos, né? E a mesma coisa a gente fala hoje em dia com os filhos, mas eles num... assim eles... antigamente a gente num prestava atenção, achava que era coisa que tinha que í, mesma coisa de hoje em dia, né? Mas assim, depois que os anos foi passano aí que eu vi que... se você num tivé uma formação hoje em dia cê num tem nada não, praticamente cê não tem nada, ou então cê vai capiná, que hoje em dia sem estudo só resta capina e vassoura. (Mãe Adolescente 5 e 7)

Ainda assim apenas 10% das mães concluíram o Ensino Médio. Quando questionadas a respeito da motivação para a interrupção dos estudos, elas responderam:

Mãe Ad.1: "Porque eu engravidéi e parei de estudá."

Mãe Ad.3: "É... porque eu casei também né... casei, desanimei de continuá estudano... casei com 16 ano."

Mãe Ad.4: "Falta de opção. Ah, eu rumei meu menino cedo, né? Meu mais velho, né... Aí tive que trabalhar e não tive como istudá."

Mãe Ad.6: "Porque... na época minha mãe... a minha mãe trabalhava e eu tinha que toma conta dos meus irmão aí eu num concluí meus estudo, logo daí eu tive filho, né? Depois eu fui mãe..."

Mãe Ad.8: "Porque na época eu trabalhava, tinha muitos irmãos pra cuidá..."

Mãe Ad.9: "Tive filhos."

Mãe Ad.10: "Filhos." (Mães das adolescentes)

Embora se perceba que a maioria das mulheres entrevistadas reproduziram a vida de suas próprias mães, ou seja, no caso desta pesquisa das avós das adolescentes entrevistadas, há indícios de uma pequena evolução no que se refere

ao nível de escolaridade alcançada por elas, mesmo porque hoje o acesso a escolarização é maior, assim como o nível de exigência para o mercado trabalho.

Das entrevistas realizadas 90% das mulheres pararam de estudar em algum momento da vida, não retomando os estudos posteriormente, as justificativas variam entre não achar que eram capazes, pensamento proveniente da própria sociedade patriarcal que define a mulher enquanto responsável por cuidados do lar e dos filhos, não possuindo aptidão para outras áreas, ter que cuidar dos irmãos ou filhos, ou mesmo preferir o trabalho. Porém, o que mais chama a atenção nestes dados é o fato de que somente 10% das entrevistadas concluíram o ensino médio, ainda que na idade adulta. Esta mesma mãe afirma que embora tenha parado de estudar prestou concurso público para auxiliar de gari e hoje trabalha de maneira estável. Após estar estabilizada resolveu voltar a estudar e concluiu recentemente o ensino médio.

A justificativa utilizada por esta mãe para não concluir os estudos dentro da faixa etária escolar pode ser verificada na seguinte fala: “Eu fiquei grávida aos quinze, aí só consegui terminá com trinta e um”. Verifica-se que mesmo no caso desta mãe que retornou aos estudos após ter adentrado de maneira formal no mercado de trabalho há uma característica comum, em algum momento da vida precisou escolher entre estudar ou trabalhar, diante da precão escolheram a segunda opção por força da necessidade de subsistência.

Diante deste fato, fica claro que os indivíduos oriundos de famílias pobres se veem obrigadas a adentrar no mercado de trabalho muitas vezes precocemente e em atividades “desqualificadas”, despojando-se da escolarização. Silva (2009, p. 64) afirma:

Indicadores sociais como renda, escolaridade e ocupação, dentre outros, apontam a situação de pobreza como principal elemento que impulsiona famílias a inserirem precocemente seus filhos no mundo do trabalho de forma que estes possam contribuir, ou até mesmo arcar, com a sobrevivência de suas famílias em detrimento do seu pleno desenvolvimento humano e social que envolve o acesso à escolarização, ao lazer, às atividades esportivas, dentre outras.

Em contraponto às atividades realizadas pelas mães, as adolescentes entrevistadas quando perguntadas sobre suas perspectivas para o futuro demonstram o desejo de assumir profissões de Ensino Superior, como demonstrado no gráfico a seguir, evidenciando não desejar repetir a vivencia de suas genitoras, imaginando para si um projeto diverso das mesmas.



Gráfico 2 – Profissões desejadas no futuro

Sobre a repetição da vivencia, tanto as mães quanto as avós afirmam em sua maioria desejar que a filha/neta tenha uma história diferente daquela vivenciada por ela. Quando questionada sobre isso, uma das mães disse: “Não. Porque... o meu, o meu, assim, o futuro que eu... o que eu vivi ela não vive hoje, né? Que é pidi na rua, revirá latão de lixo pra comê, é... é morá na roça e passa fome, ela não precisa disso hoje.” (Mãe Adolescente 6)

Percebe-se o desejo comum das três gerações entrevistadas de que a história seja mudada pelas adolescentes, em detrimento disto por vezes os sonhos esbarram nos obstáculos do sistema capitalista, que muitas vezes oferece a possibilidade de trabalhar, ainda que em regime não regulamentado, a fim de ter o benefício imediato, ou seja, o salário, ao invés de estudar em busca de um benefício futuro, ou seja, uma melhor colocação no mercado de trabalho. Além da existência de um pensamento higienista, que dissemina a ideia de que a criança/adolescente que fica na rua precisa procurar algum ofício. Sobre isto, Custódio (2006, pág. 108) diz:

O mito de que “é melhor trabalhar do que ficar nas ruas” representa a conjugação de duas tentativas políticas significativas para o pensamento dominante: o afastamento das crianças empobrecidas, promovendo a “limpeza” das ruas e a sua consequente “regeneração”, através do trabalho.

Quando questionadas a respeito da pessoa entendida como responsável por elas, 60% das meninas entrevistadas afirmaram ser a mãe, 10% a avó, e outras 30% os pais, nenhuma delas afirmou ser apenas o pai o responsável. Este dado demonstra uma conformidade com o cenário nacional, que aponta que o número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobrou em uma década e meia (CAVENAGHI, ALVES, 2018). O papel da mulher na sociedade mudou, contudo hoje quando estão inseridas no mercado de trabalho estas mulheres fazem dupla jornada, enquanto os homens geralmente não o fazem, existindo o agravante de muitos destes serem ausentes na criação dos filhos.

O aumento proporcional nos novos arranjos pode estar associado, portanto, ao potencial de autonomia que as mulheres têm assumido nas relações familiares e na esfera pública, mas não está necessariamente relacionado a condições femininas favoráveis. (IPEA, 2011, p. 8)

Ressalta-se o fato de que 53% das famílias com filhos chefiadas por mulheres são pobres, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, em contrapartida apenas 23% das famílias com filhos chefiadas por homens são pobres. Este dado demonstra que a pobreza no Brasil é majoritariamente feminina.

O lugar socialmente determinado da mulher foi delimitado em função do cuidado com a casa e os filhos, em função disto estas são em geral aquelas que primeiro abandonam sua escolarização ou trabalho para se dedicar à maternidade, o que não ocorre com os homens, que dão continuidade às suas atividades, delegando à mulher esta função.

Em se tratando da renda, as famílias entrevistadas em sua maioria estão em situação de renda esporádica, como demonstra o gráfico a seguir. O que significa que estas famílias vivem em uma conjuntura de insegurança quanto aos recursos disponíveis para sua subsistência.

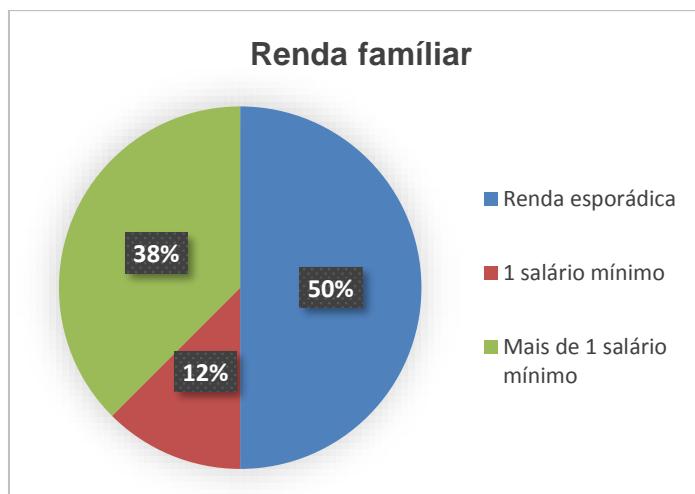


Gráfico 3 – Renda familiar

Salienta-se que as famílias que declararam receber mais de um salário mínimo são aquelas que contam com benefícios sociais além do salário recebido através das atividades no mercado de trabalho, exceto por uma em que tanto a mãe quanto o pai recebem um salário mínimo e estão inseridos formalmente no mercado de trabalho.

Ser pobre no sistema capitalista de produção significa ser privado ou ter dificultado o acesso a uma ascensão, considerando-se que a produção de riqueza dentro deste sistema necessita para sua continuidade da permanência da pobreza.

Como produto das relações sociais que conformam a sociedade de classes, a pobreza, para quem a vive é, principalmente, uma experiência de destituição material, cultural, política, social. Fundamentalmente, é carência de direitos, de possibilidades, de esperança, é pobreza de direitos (RAICHELIS, 2011, p. 196).

Percebe-se também por parte destas famílias a incorporação da imagem subalterna que muitas das vezes os levam a não reconhecer a própria identidade. Este fato ficou evidenciado quando se questionou a cor da pele destas mulheres, conforme se verifica através do gráfico 4, a maioria se reconheceu como parda, embora através da observação participante se tem constatado que a maioria das entrevistadas são pretas.

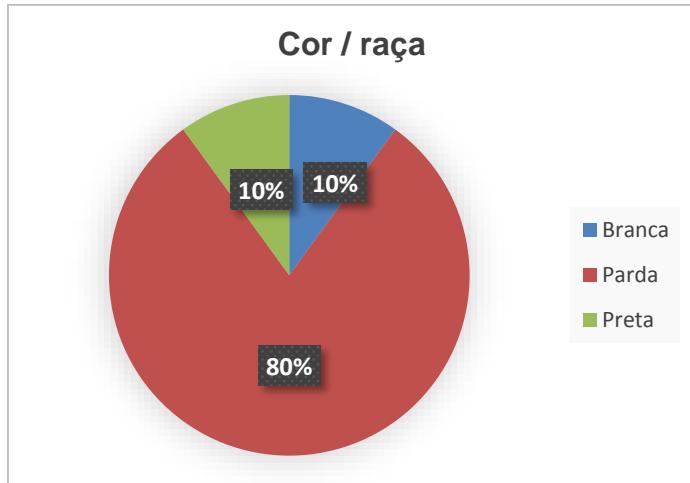


Gráfico 4 – Cor/raça

Este reconhecimento é negado não por uma questão estética e sim por saber a existência do preconceito racial. Uma das adolescentes entrevistadas, embora tenha se declarado parda, quando comentou sobre um possível obstáculo para se inserir no ensino superior futuramente, respondeu: “a questão de cor”, ou seja, falou de maneira indireta sugerindo que a pesquisadora soubesse que dependendo da cor da pele uma pessoa teria menos possibilidades de acesso a oportunidades educacionais. Trata-se de um preconceito implícito que vai definindo projetos de vida menos audaciosos (ou a ausência deste) vivenciados pelas mães, interferindo na história destas adolescentes.

Percebeu-se entre as entrevistadas uma visão de si marcada pela ideia de subordinação e inferioridade, relacionada à moradia, renda, formação familiar, raça, profissão; categorias formadoras da estima. Quando perguntadas sobre como imaginavam o futuro na idade das filhas, uma das mães das adolescentes respondeu:

Ah, eu queria... eu imaginava assim... eu sempre imaginei, eu sempre quis sê professora, né? Ou professora ou então enfermeira. E assim, professora o sonho ficô lá trás, quando eu parei mesmo de estudá. Depois que eu continuei aí ficô só o de... de enfermeira. Mais tá tão difícil, parece que ele vai ficá pra tráis. (Mãe Adolescentes 5 e 7)

Ao tentar visualizar uma outra história de vida, estas mulheres demonstram medo de sonhar, precisando lidar com o sentimento de frustração que se apresenta quando o fazem. Outra mãe respondeu à mesma pergunta da seguinte forma: “Diferente... melhor, que a vida ia ser mais fácil.” (Mãe Adolescentes 8) e outra: “Melhor. *Risada*. Ah, eu pensava que eu ia acabá meus estudo, ia arrumar um sirviço bom, né, ia pensá em casá só mais tarde mas cabano deu tudo errado.” (Mãe Adolescentes 1).

Ao tratar do mesmo assunto, as avós demonstraram não haverem refletido sobre o assunto quando da idade das adolescentes, o que se percebe pelas falas: “Ah, eu num pensava bem não.” (Avó Adolescentes 4 e 10), “Nada. Sempre eu faço um plano assim, como que fala... deu andá... agí com as minhas coisa correto e não pertubá ninguém, sempre sozinha (...) divagou.” (Avó Adolescentes 5 e 7), “Ah, minha fia, sabe que eu num pensava nada. Só pensava em saí de den de casa, da casa do meu pai pa podê arrumá minha vida.” (Avó Adolescentes 9)

Em contrapartida, as adolescentes demonstram uma capacidade de sonhar, porém muitas vezes de maneira ainda imprecisa, o que se através de falas como: “Ah, sei lá tipo... tem a mínima ideia mas tipo assim um serviço ou assim um sonho, uma pessoa que eu sempre sonhei (...) quero coisas boas.” (Adolescente 4), “As vezes eu paro pra pensar mais... eu já assim... eu só imagino quando eu já tenha terminado faculdade... e tentano consegui minha família.” (Adolescente 3), “Eu ainda não sei te dizê porque eu ainda tô em dúvida, ainda num sei (...) quando eu terminá de estudá na escola normal eu vô pra faculdade, aí eu não sei ainda o que que eu vô fazê.” (Adolescente 7).

Em relação à subjetividade, sonhar e planejar não são necessariamente complementares na abordagem destas adolescentes. Sonhar é aspirar, imaginar um contexto diverso daquele que a realidade apresenta, e isto ocorre precisamente; planejar significa traçar os passos para se alcançar o sonho, utilizando como ponto de partida a realidade concreta, o que não se percebeu através desta pesquisa, considerando que as entrevistadas demonstram muitos sonhos e aspirações, mas não possuem planejamento quanto aos mesmos. Isto porque o cotidiano, a limitação das oportunidades, a carência de exemplos e incentivo objetivo, as necessidades materiais, as barreiras sociais, a marginalização quanto ao nível econômico, racial, familiar, de inserção no mercado de trabalho, escolarização, interferem na objetivação do imaginário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a situação de pobreza condiciona os projetos de vida das entrevistadas, mas não os determina, considerando para isto os dados obtidos através da entrevista com as três gerações de mulheres: adolescentes, suas mães e avós. Ao longo da história a situação econômica sempre foi um fator definidor para a inserção do indivíduo na sociedade e seu lugar dentro da mesma, considerando que o sistema capitalista tende a retirar do indivíduo o papel criador em sua própria história, no sentido de que define espaços antes mesmo que este se situe no mundo. Por isto nascer em uma família pobre, oriunda de uma periferia, inserida em uma minoria racial, em um gênero marcadamente dominado historicamente, são fatores que definem um lugar de subalternidade, apreendido através, também, das representações familiares, sendo a família a instituição que realiza a ligação do indivíduo com o mundo. Neste caso determinado pela figura das mães e avós, que tiveram histórias semelhantes, apesar de existir uma pequena evolução em se tratando da mãe, evolução esta explicada pelo avanço do próprio sistema e aumento de suas exigências; o ciclo da pobreza se repete, perpetuando o sistema e definindo lugares para as próximas gerações, condicionando, portanto, os projetos de vida de cada um. Percebe-se que apesar da idealização de uma ruptura com as condições materiais de existência das gerações anteriores, os fatores objetivos frente à divisão social do trabalho os fazem repetir o ciclo de escolhas realizadas pelas mães e avós como um legado familiar, involuntariamente.

As limitações da pesquisa consistiram no fato de as respostas às perguntas realizadas serem pensadas momentaneamente pelas entrevistadas, devido ao fato de não existir uma reflexão subjetiva e objetiva sobre as mesmas anterior à entrevista. Apesar disto foi possível responder ao questionamento inicial, demonstrando os fatores de influência para a construção de um projeto de vida e o impacto deste na sociedade como um todo.

Neste sentido se faz necessário criar mecanismos políticos que ensejem a transformação e desenvolvimento de condições materiais de existência, que rompam

com as condições objetivas da pobreza e subalternidade, construindo com o indivíduo estas ferramentas, com a finalidade de evitar uma reprodução inconsciente das vivencias de suas gerações anteriores, além do rompimento de barreiras raciais, econômicas, familiares, de localidade, que acabam por definir e manter os indivíduos oriundos de realidades marcadas pela vulnerabilidade nos mesmos lugares, impossibilitando a mobilidade social, e o acesso à oportunidades.

4. REFERÊNCIAS

- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Os atuais processos de avaliação das políticas sociais no Brasil.** 2007. Dissertação – Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difícis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** 2003. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** UNICAMP. 1993. 2ª ed. São Paulo, 1993.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 30 Jul.2018.
- IBGE. 2016, 2017, 2018. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 jun. 2018.
- IPEA. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em 26 set. 2018.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX : o espetáculo da pobreza.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, J. C.; JACCOUND, L. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUND, L. (Org). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005. P.181-260. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf>. Acesso em 25 mar. 2018.
- CARVALHO, I. M. M.; LANIADO, R. N. Pobreza e ação social, **Cadernos do CEAS**, n. 141, 18-34, set./out.,1992.
- CAVENAGHI, S.; ALVES, J.E.D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. In: ENS – Escola Nacional de Seguros, Edição 32, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** CPES: Centro de Pesquisa e Economia do Seguro. 2018.
- CUSTÓDIO, A. V. **A Exploração do Trabalho Infantil Doméstico no Brasil Contemporâneo:** limites e perspectivas para sua erradicação. 2006. Tese – Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- GUNTHER, I. A.; GUNTHER, H. Brasílias pobres, Brasílias ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes. Psicologia, reflexão e crítica. **REDAYC**, v.11, n.2, p.1-13, 1998. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/188/18811203.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2018.

LEITE, Izildor Corrêa. **Desconhecimento, piedade e distância:** representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza. 2001. Tese – Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2001.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade.** 2008. Tese – Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2003.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. **O projeto de vida dos jovens pobres na vivência do tempo presente.** 2008. Dissertação – Serviço Social, Faculdade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. Ed: Vozes. 19ª Ed. Petrópolis, 2007.

MONTÂNO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, n.110, p.270-287, abr./jun., 2012.

MOREIRA, Ana Paula Leite. Trabalho infantil doméstico: ocupação precoce das meninas do Bairro São Francisco de Assis. **Pensar Acadêmico**, n.3, nov., 2017.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, n. 4, 202-221, 2012. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/4755/475547480014/>>. Acesso em 07 jun. 2018.

OLIVEIRA, Melissa Botelho de. **A identidade social do adolescente em conflito com a lei na sociedade contemporânea:** trajetórias de exclusão. Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social, Centro Universitário Geraldo Di Biase, Rio de Janeiro, 2012.

PASCOALATO, Lázaro Lopes. **Plano de Estágio Centro de Apoio à Família.** Serviço Social, FACIG, 2017.

PEREIRA, Potyana Amazoneida Pereira. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais.** In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

PRACIANO. Maria do Socorro Gadelha. **Gênero e transgeracionalidade:** um olhar sobre a condição feminina e as relações familiares de mulheres de baixa renda de Manaus. 2011. Dissertação – Psicologia Clínica e Cultura, Distrito Federal, 2011.

RAICHELIS. **Esfera pública e conselhos de assistência social:** caminhos da construção democrática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Gabriela Fernandes. **O trabalho precoce doméstico e o processo escolar.** Dissertação – Psicologia social, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2011.

SALES, Simone Apolinário. **(In)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. 2005. Tese – Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Carla Cecília Serrão. **Trabalho Infantil Doméstico:** perfil e vivencia de meninas trabalhadoras em São Luís. Dissertação – Políticas públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: USP/ed. 34, 1992.

TEODORO, M. S. A Lei dos Pobres: um obstáculo ao desenvolvimento do mercado de trabalho assalariado na Revolução Industrial Inglesa. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor de produções didático-pedagógicas,** v.II, p.2-45, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-paranavai_hist_pdp_miriam_dos_santos_teodoro.pdf>. Acesso em 18 mar. 2018.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose.** Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo.** Ed: UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

APÊNDICES

APENDICE A

FACIG – FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS

O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU – MG

- Adolescentes:

1) Identificação do entrevistado (a):

1.1) Idade:

1.2) Cor/Raça:

1.3) Endereço:

2) Escolarização:

2.1) Estuda?

2.2) Em caso afirmativo, a idade corresponde ao ano escolar?

2.3) Qual é o objetivo que você deseja alcançar com os estudos?

2.4) Tem dificuldades para frequentar / cumprir com as atividades escolares?

2.5) Há por parte da família um apoio sobre seus estudos?

3) Identificação da família:

3.1) Moradores do mesmo domicílio:

3.2) Quantos irmãos tem?

3.3) Existe alguém na família que tenha cumprido o ensino médio? E o superior?

3.4) Em caso afirmativo, o que os estudos proporcionaram na vida dessa pessoa?

4) Identificação dos responsáveis:

4.1) Quem é responsável por você? Esta pessoa acompanha de perto seus estudos e objetivos pessoais?

4.2) Esta pessoa trabalha ou já trabalhou fora de casa? Em que função?

4.3) O que você pensa sobre esta pessoa? Gostaria que sua vida fosse parecida com a dela no futuro?

5) Situação econômica dos responsáveis:

5.1) Qual a renda da família

5.2) A família participa de algum programa social? Se sim, qual?

5.3) Em caso afirmativo para a questão anterior, por quais motivos foi necessário a procura por programas/projetos sociais?

6) Identificação / caracterização do projeto de vida:

6.1) Como você deseja seu futuro?

6.2) Acredita que irá concretizar seus sonhos?

6.3) Você acredita que irá concluir o ensino médio? E cursar uma faculdade?

6.4) Você acha que irá encontrar dificuldades para isto? Quais?

6.5) O que você pensa que é preciso hoje para que você alcance seus sonhos no futuro?

6.6) Que profissão você gostaria de ter no futuro?

6.7) Quais as maiores dificuldades enfrentadas por você até este momento da sua vida?

7) Aspectos psicológicos:

7.1) Quem é sua referência familiar? Que tipo de suporte você recebe dessa pessoa?

7.2) Quais características e/ou comportamentos fazem dessa pessoa a sua referência de vida?

7.3) Que tipo de experiências ou situação que já aconteceu em sua família você não quer que se repita em sua história de vida?

7.4) Quais sentimentos a realidade de seu bairro e/ou comunidade afloram em você?

7.5) Você é feliz onde mora?

- Mães / avós

1) Identificação do entrevistado (a):

1.1) Idade:

1.2) Cor/Raça:

2) Escolarização:

2.1) Concluiu seus estudos? Se não, até que série estudou?

2.3) Em caso negativo, porque não concluiu?

2.4) Quais as dificuldades encontradas para concluir os estudos?

2.5) O que sua mãe pensava sobre sua escolarização?

2.6) O que você pensa sobre a escolarização de sua filha / neta?

3) Identificação da família:

3.1) Moradores do mesmo domicílio:

3.2) Quantos filhos tem?

3.3) Existe alguém na família que tenha cumprido o ensino médio? E o superior?

3.4) Em caso afirmativo, o que os estudos proporcionaram na vida dessa pessoa?

4) Situação econômica da família:

4.1) Qual a renda da família?

4.2) A família participa de algum programa social? Se sim, qual?

4.3) Em caso afirmativo para a questão anterior, por quais motivos foi necessário a procura por programas/projetos sociais?

5) Identificação / caracterização do projeto de vida:

5.1) Qual a sua profissão?

5.2) Quando mais nova, como você imaginava seu futuro?

5.3) Você concretizou seus sonhos?

5.4) Quais dificuldades você encontrou para a realização dos seus objetivos?

5.5) O que você faria diferente em sua trajetória?

5.6) Como você imagina que será o futuro de sua filha / neta?

6) Aspectos psicológicos:

6.1) Você gostaria que sua filha / neta tivesse um futuro semelhante ao seu?

6.2) Você se sente feliz com a vida que tem?

6.3) O que você gostaria que fosse diferente em sua vida hoje?

6.4) Como você procura contribuir para que sua filha / neta consiga realizar seus objetivos?

APÊNDICE B

FACIG – FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

TALE – Termo de Assentimento do Menor

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “O Ciclo Transgeracional da Pobreza no Bairro São Francisco de Assis no Município de Manhuaçu - MG.” Seus pais já permitiram que você participe.

Queremos saber se os projetos de vida de sua mãe/avó influenciam na criação do seu projeto de vida.

As adolescentes que irão participar dessa pesquisa têm de 12 a 18 anos de idade, como você.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita no/a CAF, onde as adolescentes irão responder a um questionário. Para isso, será usado/a um celular para a gravação das respostas. O uso do (a) celular é considerado(a) seguro (a), mas é possível que algum defeito que gere problemas. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones (33)9484325623 da pesquisadora Ana Paula Leite Moreira, ou (33)33322023, da pesquisadora Márcia Helena de Carvalho.

Mas há coisas boas que podem acontecer como sua contribuição para a criação de políticas sociais que possam oferecer mais oportunidades para sua vida.

Se você morar longe do CAF, nós daremos a seus pais dinheiro suficiente para o seu transporte e o deles também, para também acompanharem a pesquisa.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as adolescentes que participaram desta pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa ela será divulgada pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, FACIG.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar ou a pesquisadora Márcia Helena de Carvalho. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa “O Ciclo Transgeracional da Pobreza no Bairro São Francisco de Assis no município de Manhuaçu – MG, que tem o objetivo(s) de identificar em que medida a situação de pobreza tem condicionado de maneira geracional os projetos de vida das adolescentes do Bairro São Francisco de Assis. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Manhuaçu, ____ de ____ de ____.

Assinatura do menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APÊNDICE C

FACIG – FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nós, Ana Paula Leite Moreira e Márcia Helena de Carvalho, responsáveis pela pesquisa “O Ciclo Transgeracional da Pobreza no Bairro São Francisco de Assis no Município de Manhuaçu - MG”, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário de nosso estudo.

Esta pesquisa pretende contribuir para investigar como a situação de pobreza têm sido condição para a criação de um projeto de vida entre as crianças e adolescentes no Bairro São Francisco de Assis; isso será de grande importância, pois contribuirá para formulação de uma análise sobre a influência da pobreza na criação do projeto de vida, fornecendo dados para a criação de políticas públicas e intervenções que possam romper com os limites destes projetos, além de colaborar com outros pesquisadores da comunidade científica que pretendam aprofundar o tema.

A sua participação no referido estudo será no sentido de responder oralmente a um questionário semi-estruturado (com perguntas fechadas e abertas), acontecendo estas entrevistas no Centro de Apoio à Família, CAF. Você precisará comparecer ao local apenas uma vez para a realização da entrevista, que será gravada em um celular e repassada para um pen drive para que seja transcrita e analisada, estes arquivos ficarão em posse das responsáveis por esta pesquisa, e serão armazenadas por um período de cinco anos.

Os benefícios esperados com este estudo são: através das entrevistas, criar um diagnóstico da influência das mães/avós para a criação do projeto de vida das crianças e adolescentes considerando para isto a dimensão da pobreza, desta forma poderão ser criados, através de políticas sociais, projetos, planos e programas que possam colaborar com a comunidade, abrindo um leque de possibilidades e contribuindo para que estas sejam acessadas.

Ressalta-se, por outro lado, possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa. Assim, poderão haver durante a realização das perguntas algum tipo de constrangimento, ou desconforto em responde-las. O tempo para realização da entrevista será de, no mínimo, 1 hora.

Durante todo o período da pesquisa, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Além disso, você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa.

Ressaltamos que sua participação é voluntária; você tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou penalização à assistência que poderá vir a receber. Além disso, você pode optar por métodos alternativos, que são: recusar-se a responder a um ou mais questionamentos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Assegura-se ao participante assistência durante toda pesquisa, bem como livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências antes, durante e depois de sua participação.

Ressalta-se que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação; porém, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento em dinheiro. Da mesma forma, caso ocorra algum dano decorrente da sua participação no estudo, será indenizado de forma devida, conforme determina a lei.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Ana Paula Leite Moreira, FACIG, Márcia Helena de Carvalho, FACIG, e com eles poderá manter contato pelos telefones (33) 984325623 ou (33)3332-2023 sendo possível ligar a cobrar caso necessite.

Em caso de reclamação ou de qualquer dúvida ética sobre este estudo, você deverá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, pelo telefone (33)3332-2023, pelo e-mail: cepfacig@gmail.com ou ainda, presencialmente, no seguinte endereço: Rua Darcy César de Oliveira Leite, 600, Bairro Alfa Sul - Manhuaçu / MG.

Autorização

Eu, _____, após a leitura deste documento e depois de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Manhuaçu , de de 2017.

Assinatura do voluntário

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo e que das duas vias por ele assinadas, uma será entregue ao informante.

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Dados dos pesquisadores:

Ana Paula Leite Moreira
((33)984325623) – (anapaulal.m@hotmail.com)

Márcia Helena de Carvalho
((33)3332-2023) – (carvalhomarcia2011@yahoo.com)